COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 2.836, DE 2008

Altera os arts. 293 e 296 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

Autor: Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME

Relator: Deputado CIRO PEDROSA

I - RELATÓRIO

Cumpra a esta Comissão emitir parecer a respeito do Projeto de Lei nº 2.836, de 2008, apresentado pelo Deputado Antônio Carlos Mendes Thame. S.Ex.^a deseja modificar os arts. 293 e 296 do Código de Trânsito Brasileiro com os seguintes propósitos: primeiro, aumentar os prazos mínimo e máximo da penalidade de suspensão do direito de dirigir, estabelecida pelo juiz na hipótese de crime de trânsito; segundo, facultar ao juiz a aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir, mesmo quando o réu for primário no cometimento de crime de trânsito.

Justificando a proposição, o autor dá a entender que a penalidade de suspensão do direito de dirigir não recebeu do legislador a devida importância como instrumento de controle e punição dos crimes de trânsito, os quais, destaca, são abundantes no país.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Começo pela alteração proposta ao art. 296 do Código de Trânsito Brasileiro, a qual considero matéria vencida. De fato, há poucos dias, o Plenário da Câmara dos Deputados deliberou acerca de alteração no referido dispositivo da lei de trânsito, incluída em projeto de lei de conversão à Medida Provisória nº 415, de 2008. Segundo a iniciativa encaminhada ao Senado Federal, o art. 296 do CTB passará a vigor com a seguinte redação:

“Art. 296 Se o réu for reincidente na prática de crime previsto neste Código, o Juiz aplicará a penalidade de suspensão da permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.”

O novo texto legal determina que o Juiz é obrigado a aplicar a pena de suspensão do direito de dirigir na hipótese de se constatar a reincidência na prática de crime de trânsito, qualquer que seja ele. Hoje, a lei faculta ao Juiz a aplicação dessa pena. Obviamente, no caso dos crimes em que a penalidade de suspensão do direito de dirigir esteja expressamente prevista, não é preciso que o Juiz espere pela reincidência, embora também possa declinar dessa decisão, quando o crime estiver sujeito a disposições da Lei nº 9.099, de 1995, que cuida dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

O interessante, em relação a esse último aspecto, é que também ele foi objeto da atenção do legislador, ao elaborar o já referido projeto de lei de conversão à Medida Provisória nº 415, de 2008. Com efeito, conforme a redação proposta, aqueles que cometem os crimes de embriaguez ao volante e de participação em competição não autorizada deixam de estar sujeitos aos benefícios proporcionados pela Lei nº 9.099, de 1995, acima mencionada. Além disso, na hipótese de lesão corporal culposa, determina-se que as previsões da lei dos Juizados Especiais não podem alcançar os condutores que estavam dirigindo sob a influência do álcool ou substância psicoativa, participando de disputa não autorizada em via pública ou transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via, em cinquenta quilômetros por hora.

Em resumo, observa-se que a Câmara dos Deputados acabou de votar a favor de um sensível agravamento das punições a que estão sujeitos os que cometem crimes de trânsito. Diante dessa circunstância, manda o Regimento Interno e recomenda o bom senso na análise de mérito que a matéria específica não prospere.

Passo, agora, à proposta de dilatação dos prazos mínimo e máximo de aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir, que hoje são, respectivamente, de dois meses e de cinco anos.

Em que pese compreender a boa intenção do autor, influenciado pelo sentimento de revolta popular que tem eclodido em diversos episódios de crime de trânsito, julgo que os prazos atualmente estabelecidos são bastante adequados a que o Juiz profira sentenças justas. Dois meses sem dirigir veículo automotor, no atual estágio da sociedade, não é penalidade banal, ainda mais se for imposta a indivíduo que tenha na condução de automotor sua atividade profissional. De outra parte, não enxergo diferença finalística entre impor uma pena máxima de cinco anos e impor uma pena máxima de sete anos. Ambos são prazos suficientemente longos para que o condenado sinta o tamanho da reprovação social à sua conduta.

Em vista dessas considerações, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.836, de 2008.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Relator

Deputado CIRO PEDROSA